

# RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO

## 2 DE ABRIL DE 2016



### 1. ORÇAMENTO DO ESTADO, SINAL DE MUDANÇA

O Orçamento do Estado para 2016 (OE2016), já promulgado pelo Presidente da República, respeita a posição conjunta firmada entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista para a viabilização de um governo: repõe rendimentos a trabalhadores e pensionistas, aumenta a taxação ao capital, não inclui novos programas de privatizações e defende os serviços públicos e o Estado Social.

Após um penoso período de quatro anos de governação PSD/CDS, o país volta a ter um Orçamento do Estado que não colide com a Constituição da República e que trava o ciclo de empobrecimento em que o país estava mergulhado.

No momento em que se comemoram os 40 anos da Constituição da República Portuguesa, conquista das lutas sociais e filha da revolução de abril, fica ainda mais valorizada a constitucionalidade agora alcançada com um Orçamento de Estado para 2016. Mas os direitos não se comemoram apenas, devem exercer-se. E é essa a luta que continuaremos a travar para que a aplicação plena dos direitos e conquistas constitucionais seja implementada.

É também esse legado de luta que lembramos nos 40 anos que passam desde o assassinato do Padre Max e da Maria de Lurdes. “Não os mataram, semearam-nos” e é com essa semente que a luta pelo socialismo também se faz. O 25 de abril é a data que simboliza estas lutas e estes valores. E nas manifestações que encherão as ruas nesse dia, o BE marcará a presença, com a irreverência, a festa e a mobilização máximas

O Bloco envolveu-se nos trabalhos do Orçamento do Estado com seriedade: na generalidade, garantiu que as medidas do acordo eram concretizadas e, na especialidade, tornou o Orçamento socialmente mais justo e inclusivo. Ao mesmo tempo, realizou sessões públicas em todo o país para prestar contas publicamente pelas opções tomadas.

Registando a diferença que um Orçamento do Estado condicionado à esquerda trouxe ao país, o Bloco de Esquerda assinala as várias insuficiências

de um Orçamento limitado pelo quadro de opções europeias e de estratégia económica do Governo e do PS. A timidez da recuperação de salários e pensões, a falta de meios para os serviços públicos e Estado Social e a quebra no investimento público contrastam com a manutenção do elevado serviço da dívida, de setores rentistas e de concessões e PPP's. Sendo certo que o Orçamento parou o empobrecimento, parar a austeridade exige mudanças mais profundas.

Os grupos de trabalho entre o Bloco e o Governo estão a iniciar funções e serão determinantes para aprofundar o debate e apresentar propostas em áreas fundamentais como dívida externa, combate à precariedade laboral, Segurança Social, custo da energia para as famílias, habitação e política fiscal. Os grupos deverão preparar iniciativas conjuntas, apresentar relatórios e dar os primeiros passos para a discussão do Orçamento do Estado para 2017. Para esta estratégia ganhar força, o Bloco deve promover campanhas agregadoras e populares sobre estas matérias.

Para além disso, o Bloco deve empenhar-se na construção de pensamento contra-hegemónico, que responda à direita, ao discurso do inevitável e que alargue a esfera dos possíveis para além do imediato. Nos últimos meses, várias centenas de pessoas escolheram fazer do Bloco o seu projeto de militância e intervenção política. Neste sentido, o Bloco necessita de mais e mais aprofundada formação política. Instrumentos como a revista Vírus, podem e devem ser utilizados para este objetivo.

No debate do Plano Nacional de Reformas (PNR), que agora se inicia, o Bloco irá apresentar propostas que respondam aos verdadeiros problemas do país. Ao programa de destruição económica e social a que o país foi submetido tem de suceder uma estratégia de modernização assente na dignificação do trabalho e na resposta aos problemas estruturais da nossa economia, que a política do anterior governo agravou. Essas propostas irão atuar sobre a situação de precariedade e ilegalidade generalizada no mercado de trabalho bem como as suas con-

sequências no financiamento da Segurança Social. Por outro lado, procurarão dar resposta a fatores determinantes do endividamento externo do país, nomeadamente na relação com o setor financeiro e no combate ao rentismo da energia.

## **2. SÓ O CONTROLO PÚBLICO EVITA A “ESPANHOLIZAÇÃO” DA BANCA**

Instalou-se na sociedade portuguesa o debate sobre os riscos advindos de uma possível “espanholização” da banca portuguesa. O problema de fundo do sistema financeiro português não é de nacionalidade, é de propriedade.

A crescente influência de capital não português no sistema financeiro nacional, bem como as recorrentes falências bancárias, com agravados e onerosos custos para os contribuintes, são apenas o mais recente capítulo da desastrosa estratégia de privatização do setor bancário.

Só um setor bancário público forte e coeso pode garantir a manutenção dos centros de decisão em Portugal, o interesse comum e o investimento na economia e na criação de emprego. Neste contexto, só o controlo público do Novo Banco pode contribuir para a reorganização estratégica de que o país carece.

Uma robusta presença pública na banca é a certeza de que o país tem um sistema financeiro que contribui para o desenvolvimento económico e não um sorvedouro permanente do seu tesouro.

Na Comissão de Inquérito ao BANIF o Bloco de Esquerda será, uma vez mais, voz ativa na denúncia da pirataria financeira, que se apoderou da banca, e proponente de medidas alternativas para a resolução dos atrofamentos crónicos do sistema financeiro português.

## **3. TIRAR A TROIKA DAS RELAÇÕES LABORAIS**

Aprovado o Orçamento do Estado, que dá o primeiro passo para a recuperação de rendimentos aos trabalhadores e trabalhadoras, o Bloco deve empenhar-se na recuperação dos direitos do Trabalho. As prioridades são a concretização do Plano Nacional de Combate à precariedade, a defesa da Contratação Coletiva e a proteção no desemprego.

A precarização das relações de trabalho e a des-

valorização dos salários levada a cabo nos anos da troika foi alcançada por alterações legislativas sem impacto orçamental e que serviram apenas o propósito de baixar os custos do trabalho. Reverter boa parte dessas medidas, como aconteceu já com a reposição dos feriados, não tem de esperar pelo próximo Orçamento do Estado.

O Bloco de Esquerda apresentará rapidamente propostas para penalizar o recurso das empresas a contratos precários, sejam falsos recibos verdes, outsourcings, trabalho temporário ou estágios, repor os 25 dias de férias, acabar com os Contratos Emprego Inserção, repor o princípio do tratamento mais favorável e garantir a continuidade das convenções coletivas, alargar o direito à atividade sindical na empresa para vencer o medo e acrescentar democracia, concretizar o novo regime de contribuições para recibos verdes, repor os valores das indemnizações por despedimento, reduzir o fosso hoje existente no leque salarial, impedir despedimentos coletivos em empresas que tenham tido lucros e acabar com a humilhação dos desempregados nas apresentações quinzenais. Empenhar-se-á na rápida reposição das 35 horas a todos os trabalhadores do setor público e fará campanha pelo alargamento das 35 horas ao setor privado.

Os sucessivos governos de direita têm introduzido e promovido lógicas de caridade e assistencialismo em detrimento de uma economia social e solidária. Urge defender as trabalhadoras e os trabalhadores deste setor valorizando a sua ação no combate à pobreza, na promoção da coesão social e na proteção do ambiente.

Este trabalho deve ser acompanhado de sessões públicas e de mobilização popular. O 1º de maio será um momento essencial da afirmação da luta contra a precariedade, seja nas manifestações de trabalhadoras e trabalhadores, para cujo novo fôlego os ativistas do Bloco devem contribuir.

Na iniciativa cultural Desobedoc, mostra de cinema que ocorrerá no Porto nos dias 29 e 30 de abril e 1 de maio, as questões do trabalho serão um tema da maior relevância.

#### **4. CORAGEM POLÍTICA PARA COMBATER O TERRORISMO**

O Bloco de Esquerda condena os atentados de Bruxelas e Lahore e solidariza-se com todas as suas vítimas. Não há, para o Bloco de Esquerda, vítimas de primeira categoria e outras de segunda, em função da cor da sua pele, da religião ou do local onde vivem – todas são vítimas do extermínio pela rejeição da diferença.

Esta condenação total e sem reservas impõe que sublinhemos que a resposta europeia ao terrorismo tem a marca do fracasso. A securitização e o cerceamento das liberdades em países europeus não evitaram novos e mais letais ataques. As democracias estão mais frágeis às mãos da lógica autoritária do estado de exceção. Securitização no interior e guerra no exterior são as respostas que nos legado apenas mais terrorismo.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda entende que o envio de mais tropas portuguesas para o Mali ou para a República Centro-Africana é uma escolha errada. O reforço dessas intervenções corresponde à prioridade na resposta militar. Um erro que encobre a fragilização da democracia.

Para o Bloco de Esquerda, uma resposta eficaz implica prioridades completamente diferentes. Desde logo, a coragem para anular fontes de financiamento e suporte logístico e militar, as medidas para impedir o tráfico de petróleo a partir de bases extremistas. Esses passos essenciais têm sido escandalosamente recusados pelas instituições europeias e chumbados no Parlamento Europeu.

Uma verdadeira mudança de orientação política na resposta à violência extremista tem implicações de política externa e de política interna. Fim à venda de armas à Arábia Saudita e todas as ditaduras, com a progressiva substituição da produção de armamento. Apoio aos setores democráticos na Síria e noutros lugares. Renovação e recuperação urbana dos bairros desfavorecidos. Criação de emprego com direitos, investimento em equipamentos e serviços públicos. Só respondendo às causas do problema podemos conter a força ideológica que alimenta a escalada do terror.

A tomada urgente destas medidas, essenciais para secar as fontes do terrorismo na sua origem, não invalidam o esforço necessário de responsabilização perante a justiça de todos autores e cúmplices de todos os atentados terroristas.

#### **5. A DESINTEGRAÇÃO EUROPEIA À LUZ DA CRISE DOS REFUGIADOS**

A crise dos refugiados que se agudizou com a guerra na Síria transformou a visão do mundo sobre a União Europeia. Em muito poucos anos, a máxima desumanidade e a violação grosseira dos princípios básicos dos direitos humanos tornaram-se a marca da atuação da União Europeia, um espaço geopolítico que, no caso da Síria, proporciona um acolhimento inferior a países como a Jordânia ou o Líbano individualmente considerados.

A União Europeia, que recebeu o Nobel da Paz em 2012, lavou as suas mãos e pagou à Turquia para bloquear os refugiados. O mesmo Estado turco que tem perseguido e reprimido o povo curdo, cujas forças são hoje o maior obstáculo ao avanço do Daesh em território sírio. O mesmo Estado turco que tolera o contrabando que financia o terrorismo.

O acordo entre a União Europeia e a Turquia não quer “ajudar quem ajuda”. Pelo contrário, a Europa paga pelo trabalho sujo. Erdogan receberá seis mil milhões de euros para bloquear afegãos, eritreus ou sírios e devolver à guerra ou à miséria os milhares de seres humanos que fogem mas não cabem nas leituras restritivas da Convenção do Estatuto de Refugiado, de 1951. Por este motivo, o Bloco opôs-se à co-responsabilização do Estado português nesta operação, condenada pelas organizações humanitárias e pelo próprio Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados. Registando a difícil situação da Grécia, confrontada com a inação europeia, o BE lamenta a posição do governo grego na participação neste bloqueio e nas deportações em massa de refugiados.

Neste quadro, o Bloco de Esquerda entende que a esquerda europeia deve reforçar a sua capacidade de denúncia e intervenção. O Bloco de Esquerda acolhe em abril a reunião da Comissão Executiva do Partido da Esquerda Europeia e irá empenhar-se na sua clareza combativa e dinamização, nomeadamente no debate sobre a crise dos refugiados e a atual situação europeia. Paralelamente, promoverá encontro com outras forças e movimentos europeus empenhados numa profunda transformação europeia e no resgate da soberania democrática e popular dos povos.

## **6. O BRASIL PERANTE A ENCRUZILHADA**

Os setores mais conservadores da burguesia brasileira nunca se conformaram com a modesta distribuição de riqueza iniciada pelos primeiros anos da governação de Lula da Silva. A gritante desigualdade social que estrutura o Brasil é elucidante da manifesta insuficiência da agenda conciliadora e reformista que o Partido dos Trabalhadores (PT) protagoniza há mais de 13 anos no poder.

As alianças à direita que o PT optou por fazer para apoiar os seus governos dificilmente conheceriam final feliz. Lula da Silva e Dilma Rousseff dependeram de representantes das piores práticas de corrupção da política brasileira e acabaram por ver o seu governo envolvido em sucessivos casos judiciais.

A oposição conservadora brasileira, articulado com os empórios financeiros, apoia-se nestes consecutivos escândalos para desencadear um derrube do governo Dilma, com o golpe que é o processo de impeachment em curso. Entre uma política governativa sem rumo e sem critério e a vingança da oligarquia pelos anos de ténue correção das injustiças sociais, entre abuso institucional e estratégias desesperadas de sobrevivência política, afundam-se as esperanças de milhões de brasileiros.

Se por um lado é certo que não se vence a corrupção suspendendo a legalidade, também não se defende a democracia com abuso de poder. O ex-presidente Lula da Silva não deveria recorrer a um cargo político para alterar a entidade que possivelmente o julgará.

O Bloco de Esquerda condena a instrumentalização da justiça para a promoção de fins políticos e o recurso abusivo a figuras legais para atropelar decisões e escrutínios democráticos. Solidariza-se com todas as forças políticas e sociais que combatem as políticas de austeridade governativas, o corte de direitos sociais e laborais, a parasitação rentista do Estado e a promiscuidade entre as autoridades públicas e os interesses privados e se batem pela defesa do Estado de Direito democrático e o aprofundamento real e consequente da justiça social.

## **7. LIBERDADE PARA OS ATIVISTAS POLÍTICOS PRESOS EM ANGOLA**

O BE manifesta a sua solidariedade com a luta pela democracia em Angola. A sentença contra os 17 presos políticos julgados esta semana sinaliza uma escalada repressiva que não pode contar com o apoio ou com a transigência de nenhum país ou organização democrática.

O BE estará ao lado da resistência dos jovens ativistas que representam hoje a aspiração à liberdade de todo o povo angolano.

## ANEXO 1

### RESUMO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

**1** • A reposição integral dos salários da Função Pública ao longo deste ano, dos complementos de pensões cortados aos trabalhadores do Setor Empresarial do Estado, sobretudo nos transportes, o descongelamento das pensões, a redução da sobretaxa de IRS – isenção total para o 1º escalão, e redução para 1%, 1,75% e 2,8% para os 2º, 3º e 4º escalões, respetivamente -, o aumento do Salário Mínimo Nacional, a reposição de quatro feriados e das 35 horas na Função Pública no segundo semestre de 2016, o fim do regime de mobilidade especial e a integração dos trabalhadores da Segurança Social em risco de despedimento, são as principais medidas de recuperação de rendimentos do trabalho que este Orçamento concretiza, sendo de assinalar que foram negociadas pelo Bloco de Esquerda com o Partido Socialista ainda antes do debate orçamental, tendo já entrado em vigor em janeiro de 2016.

**2** • As medidas inscritas no Orçamento vêm mexer em vários impostos: no IVA, a taxa praticada na restauração é reduzida de 23% para 13% a partir de julho (excluindo bebidas alcoólicas e refrigerantes). No IRC, baixa para cinco anos o período em que as empresas podem abater prejuízos no imposto, repondo o regime em vigor até 2010. É revertido para o limite mínimo de 10% de participação social o acesso à isenção fiscal do regime de “participation exemption”. No IRS, aumenta a dedução automática por cada dependente descendente (de 350 para 600 euros) e ascendente (de 300 para 525 euros), terminando o quociente familiar introduzido por PSD e CDS. A nova cláusula de salvaguarda no IMI limita o aumento anual do imposto a 75 euros ou a um terço do aumento total. E foi finalmente consagrada uma velha proposta do Bloco, sempre chumbada e que tinha ficado fora do acordo: o fim da isenção aos fundos imobiliários, que estava fixada na lei em 50% do IMI. O setor bancário será taxado através do fim da isenção de imposto de selo em operações de reporte de valores mobiliários e do agravamento da taxa deste imposto sobre o crédito ao consumo. Os bancos deverão ainda reforçar a sua contribuição para o fundo de resolução bancária.

**3** • Há novas isenções para taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e hospitalares e acabam as taxas moderadoras no hospital de dia. Volta o acesso gratuito para bombeiros, dadores benévolos de sangue e de células, tecidos e órgãos. A dispensa de taxas nas consultas e nos atos complementares prescritos alargam-se a portadores de doenças neurológicas degenerativas e desmielinizantes, distrofias musculares, deficiências congénitas de fatores de coagulação, VIH/SIDA e diabetes. Tratamento e seguimento de doença oncológica, dor crónica e saúde mental também dispensam taxa moderadora. Para a generalidade da população, será também isenta de taxa moderadora a primeira consulta de especialidade hospitalar, com referenciação pela rede de prestação de cuidados de saúde primários. E quem seja encaminhado para as urgências pela Linha Saúde 24, INEM ou pela rede de prestação de cuidados de saúde primários, também deixa de pagar taxa moderadora.

**4** • No debate na especialidade, o Bloco aprovou várias medidas, destacando-se: a atribuição automática da Tarifa Social da Energia, mantendo os critérios de atribuição em vigor, reduzindo substancialmente a fatura da energia a 1 milhão de famílias; alargamento do número de beneficiários do CSI através do aumento do valor de referência em 27 € (5059€); aumento em 3% do abono de família para pessoas com deficiência; isenção de custas judiciais para vítimas de violência doméstica; aumento em 0,5% do abono de família para crianças e jovens no segundo e terceiro escalões; revisão das regras de renovação do RSI para renovação automática após período de atribuição de 12 meses; implementação de projetos-piloto de Vida Independente a nível nacional, que permitam às pessoas com deficiência ter acesso a assistência pessoal e controlo sobre a sua própria vida; revisão do regime de contribuições dos trabalhadores independentes.

#### PROPOSTAS DO BLOCO APROVADAS NO DEBATE DA ESPECIALIDADE DO OE2016

##### Atribuição automática da Tarifa Social da Energia para beneficiar 1 milhão de famílias

Atribuição automática da Tarifa Social da Energia, mantendo os critérios de atribuição em vigor, o que reduzirá substancialmente a fatura da energia a 1 milhão de famílias. A medida será financiada pelas elétricas.

### **Aumento do Complemento Solidário para Idosos (CSI)**

Alargamento do número de beneficiários do CSI através do aumento do valor de referência em 27 € (5059€).

### **Aumento do Abono de Família para pessoas com deficiência**

Aumento em 3% do abono de família para pessoas com deficiência.

### **Isenção de custas judiciais para vítimas de violência doméstica**

Vítimas de violência doméstica passarão a estar isentas do pagamento de custas, nos processos em que intervenham como assistentes.

### **Aumento do Abono de Família para crianças e jovens**

Aumento em 0,5% do abono de família para crianças e jovens no segundo e terceiro escalões.

### **Renovação automática do Rendimento Social de Inserção (RSI)**

Revisão das regras de renovação do RSI para renovação automática após período de atribuição de 12 meses.

### **Vida Independente para pessoas com deficiência**

Implementação de projetos-piloto de Vida Independente a nível nacional, que permitam às pessoas com deficiência ter acesso a assistência pessoal e controlo sobre a sua própria vida.

### **Revisão do regime de contribuições dos trabalhadores independentes**

Durante o ano de 2016, é revisto o regime de contribuições dos trabalhadores independentes, passando o montante de contribuição a reportar-se ao rendimento efetivamente auferido, tendo como referencial os meses mais recentes de remunerações.

### **Defesa das Amas da Segurança Social**

Prorrogação do regime transitório das amas, impedindo o despedimento de 400 profissionais.

### **Redução da Contribuição para o Audiovisual (CAV) para famílias com menos rendimentos**

Redução do valor do CAV para 1€ para beneficiários de apoios sociais.

### **Reposição de rendimentos nos contratos de aquisição de serviços**

Fim dos cortes salariais aos avençados e prestadores

de serviços ao Estado.

### **Combater a precariedade também nas empresas públicas**

Alargamento do plano de combate à precariedade laboral ao Setor Empresarial do Estado.

### **Cláusula de salvaguarda no IMI para pessoas com mais de 65 anos**

Proteção de cidadãos com mais 65 anos, garantindo que uma futura avaliação do imóvel não provoque um aumento do IMI superior a 75€.

### **Fim às restrições de contratação de docentes nas instituições de ensino superior**

Permissão para que todas as instituições de ensino superior, mesmo que tenham recorrido a apoio financeiro extraordinário, possam contratar docentes. Exemplo: Universidade dos Açores, Algarve e vários institutos politécnicos

### **Reposição do direito à utilização gratuita de transportes públicos pelos trabalhadores**

São repostos os direitos à utilização gratuita de transportes públicos por partes dos trabalhadores da empresa e respetivos familiares.

### **Deduções fixas e automáticas na educação**

Revisão do regime das deduções de educação no IRS, evitando efeitos de regressividade e discriminações injustificadas do atual sistema e ponderando a introdução de deduções automáticas em função da matrícula em qualquer grau de ensino.

### **Isenção de Imposto sobre Veículos para viaturas adquiridas para funções de proteção e socorro**

### **Dedução fixa do Imposto Municipal sobre Imóveis por filho**

Autarquias podem fixar redução da taxa de IMI. Agregados com 1 filho têm dedução fixa de 20€, 2 filhos 40€ e com 3 ou mais passa a 70€.

### **Levantamento eficaz de fogos devolutos**

Obrigatoriedade do envio pelos fornecedores de água e energia aos municípios de lista atualizada de ausência de contratos de fornecimento ou de consumos baixos.

### **Extensão da competência de reclamação da avaliação do valor do IMI às Juntas de Freguesia**

### **Recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) após três anos de redução da dívida da autarquia**

## **ANEXO 2**

### **COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO**

#### **Avaliação da sustentabilidade da dívida externa**

Representante do Governo: João Leão, secretário de Estado do Orçamento

Representantes do PS: João Galamba, deputado, e Paulo Trigo Pereira, deputado

Representantes do Bloco: Francisco Louçã, economista, e Pedro Filipe Soares, líder parlamentar

Especialistas convidados: Ricardo Paes Mamede, professor universitário, Ricardo Cabral, vice-reitor da Universidade da Madeira e outros a confirmar

#### **Elaboração de um Plano Nacional Contra a Precariedade**

Representante do Governo: Miguel Cabrita, secretário de Estado do Emprego

Representantes do PS: Tiago Barbosa Ribeiro, deputado, e Rui Riso, deputado

Representantes do Bloco: José Soeiro, deputado, e Tiago Gillot, dirigente dos Precários Inflexíveis – Associação de Combate à Precariedade.

Especialista convidado pelo Governo: Guilherme Dray, professor universitário

Especialista convidado pelo Bloco: Jorge Leite, professor universitário

#### **Estudo sobre pensões não contributivas, estrutura da proteção social e avaliação das medidas de combate à pobreza**

Representante do Governo: Cláudia Joaquim, secretária de Estado da Segurança Social

Representantes do PS: Sónia Fertuzinhos, deputada, e Luís Soares, deputado

Representantes do Bloco: Mariana Aiveca, dirigente do Bloco, e Ricardo Moreira, dirigente do Bloco

Especialista convidado pelo Governo: Vítor Junqueira, economista

#### **Avaliação dos custos energéticos com incidência sobre famílias e propostas para a sua redução**

Representante do Governo: Jorge Seguro, secretário

de Estado da Energia

Representantes do PS: Carlos Pereira, deputado, e Luís Testa, deputado.

Representantes do Bloco: Jorge Costa, deputado, e Adelino Fortunato, dirigente do Bloco

Especialista convidada pelo Governo: Cristina Portugal, Presidente do Conselho Tarifário da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)

Especialista convidada pelo Bloco: Dulce Lopes, professora universitária

#### **Política de habitação, crédito imobiliário e tributação do património imobiliário**

Representante do Governo: Jorge Gomes Mendes, secretário de Estado do Ambiente

Representantes do PS: Pedro Alves, deputado, e Miguel Coelho, deputado

Representantes do Bloco: Helena Pinto, dirigente do Bloco, e Pedro Soares, deputado

Especialista convidado pelo Governo: Helena Rose-ta, deputada, e Duarte Cordeiro, vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Especialista convidada pelo Bloco: Rita Silva, ativista da Habita - Coletivo pelo Direito à Habitação e à Cidade

#### **Política Fiscal**

Representante do Governo: Fernando Rocha Andrade, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Representante do PS: João Paulo Correia, deputado, e Eurico Brilhante Dias, deputado.

Representantes do Bloco: Mariana Mortágua, deputada, e José Gusmão, dirigente do Bloco

Especialista convidado pelo Bloco: Glória Teixeira, Coordenadora do Centro de Investigação Jurídico-Económica (CIJE)

Especialista convidado pelo Governo: Sérgio Vasques, professor universitário